

PIB BRASILEIRO PODE CAIR MAIS DE 4% E INFLAÇÃO DEVE SUPERAR 8,5% EM 2016

PIB dos serviços recua 2,5% no primeiro trimestre de 2016

Segundo o IBGE, o PIB brasileiro caiu 4,5% no primeiro trimestre de 2016 em relação a igual período de 2015. Essa variação é resultado de uma queda de 17,5% no investimento e de 6,3% no consumo das famílias brasileiras. O consumo do governo também contribuiu negativamente ao recuar 1,4% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. O resultado externo aliviou a queda do PIB, pois as exportações cresceram 13,0% e as importações recuaram 21,7% no último ano.

Entre os setores de atividade econômica, o comércio liderou a retração econômica com queda de PIB de 10,7% entre o primeiro trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2015. A indústria de transformação continuou com tendência de perdas severas: desta vez, o recuo foi de 10,5% do seu valor adicionado na comparação interanual. A agropecuária e a extração mineral, ao contrário do que vinha ocorrendo no ano passado, apresentaram retrções de 3,7% e 9,6%, respectivamente.

No primeiro trimestre deste ano, os serviços privados não financeiros observaram retração de PIB de 2,5% em razão dos resultados ruins dos setores de transportes e de serviços de informação, que tiveram quedas reais de PIB de 7,4% e 5,0%, respectivamente. No caso de transportes, pesou a retração da própria indústria de transformação e do comércio, que demandaram menos serviços no início deste ano. No caso dos serviços de informação, pesou o desempenho ruim das telecomunicações. A queda de PIB dos serviços privados não financeiros não foi pior

porque houve recuperação das atividades no setor de energia, saneamento e gás (4,2%). Vale lembrar que, no início de 2015 havia racionamento de água e queda drástica do consumo de energia em razão dos preços elevadíssimos no mercado a vista de energia elétrica.

Balança de serviços melhora, apesar da queda das receitas externas

Segundo dados do Banco Central do Brasil, a balança de serviços apresentou uma melhora nos primeiros quatro meses deste ano. Entre janeiro e abril de 2016, o déficit da balança de serviços foi de USD 8,734 bilhões. Em igual período do ano anterior, o déficit havia sido de USD 13,649 bilhões. Portanto, houve uma redução no déficit de USD 4,915 bilhões entre os dois períodos. É importante notar, contudo, que caíram tanto as despesas dos brasileiros com serviços prestados no exterior quanto as receitas brasileiras com exportações de serviços a estrangeiros. Entre o primeiro quadrimestre de 2015 e igual período de 2016, as despesas passaram de USD 25,192 bilhões para USD 19,817 bilhões e as receitas, de USD 11,543 bilhões para USD 11,084 bilhões.

Os itens que mais contribuíram para a redução de USD 5,374 bilhões das despesas dos brasileiros no exterior foram as viagens internacionais, que foram reduzidas em USD 2,828 bilhões (53% do total da queda), e os gastos com serviços de transportes, que caíram USD 1,373 bilhões (ou 26% do total da queda). No que diz respeito ao turismo e transportes internacionais, é importante destacar que houve ganhos de receitas: as receitas com viagens internacionais aumentaram em USD 239 milhões e as receitas com transportes, USD 47 milhões.

Contudo, as estatísticas do Banco Central mostram que a desvalorização cambial observada no período e o crescimento econômico mundial superior ao brasileiro não resultaram num volume de exportações de serviços maior. O dólar norte-americano teve uma valorização de 21,5% entre os primeiros quatro meses de 2015 e igual período de 2016 e a expansão da economia mundial foi 7,5 pontos percentuais maior que o crescimento do país. Esses fatores deveriam favorecer as vendas externas de serviços. Por essa razão, a pequena queda de USD 459 milhões nas receitas de exportação de serviços reforça a ideia de que os problemas estruturais de competitividade do país estão além das oportunidades de mercado que podem surgir com um câmbio mais favorável ao exportador de serviços e uma demanda mundial mais aquecida.

Meta fiscal revista

As informações mais recentes do Tesouro Nacional dão conta de que o desajuste fiscal aumentou no início deste ano. Em termos nominais, a arrecadação do governo federal, incluindo a arrecadação da previdência social, aumentou apenas 2,0% entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016. Esse crescimento ficou bem abaixo da inflação, que foi de 10,1%. Desde março de 2014, as receitas acumuladas em 12 meses já caíram quase 10% em termos reais. De outro lado, as despesas do Tesouro cresceram 15,9% em termos nominais, ou 5,3% em termos reais, em igual comparação.

PIB por setor de atividade, R\$ Bilhões¹

Setores de atividade	1º trimestre		
	2015	2016	var. (%)
Agropecuária	91,95	88,53	-3,7%
Extrativa Mineral	11,50	10,40	-9,6%
Indústria de Transformação	145,66	130,32	-10,5%
Construção	84,05	78,86	-6,2%
Comércio	167,97	150,04	-10,7%
Financeiro	115,80	113,69	-1,8%
Serviços públicos	216,05	214,40	-0,8%
Serviços privados não financeiros	486,18	473,86	-2,5%
PIB a custo de fatores	1.319,16	1.260,10	-4,5%

Demanda agregada, R\$ Bilhões¹

Componentes de demanda	1º trimestre		
	2015	2016	var. (%)
Consumo	1.009,98	946,62	-6,3%
Gastos do governo	286,94	282,79	-1,4%
Investimento*	301,77	249,03	-17,5%
Exportação	172,89	195,41	13,0%
Importação	249,77	195,61	-21,7%
PIB a preços de mercado	1.557,73	1.473,84	-5,4%

Serviços privados não financeiros, R\$ Bilhões¹

Abertura de serviços	1º trimestre		
	2015	2016	var. (%)
Energia, saneamento e gás	36,51	38,05	4,2%
Transportes e logística	56,79	52,59	-7,4%
Serviços de informação	39,93	37,92	-5,0%
Prestados às famílias e empresas	129,59	129,59	0,0%
Serviços imobiliários	223,35	215,70	-3,4%
Total	486,18	473,86	-2,5%

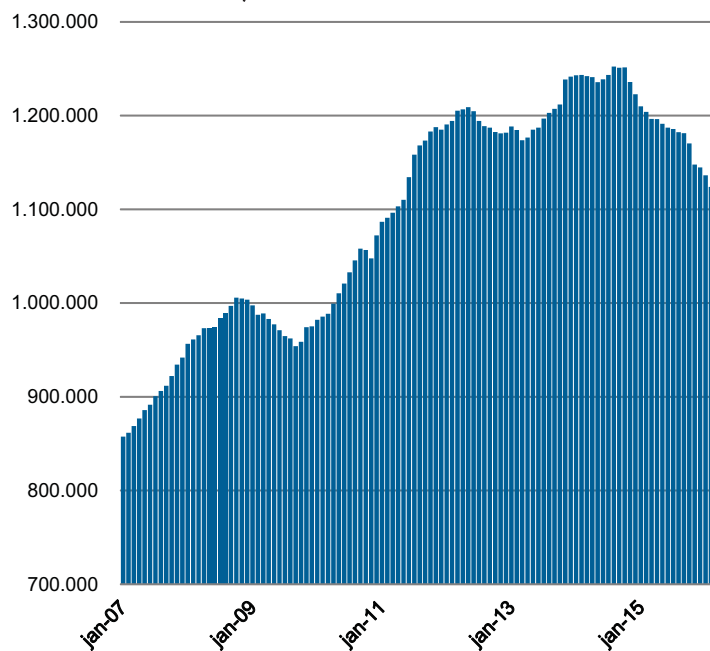
Fonte: IBGE. (1) a preços do primeiro trimestre de 2016.
(*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

Com isso, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit primário de R\$ 4,493 bilhões no primeiro trimestre de 2015 para um déficit primário de R\$ 18,216 bilhões nos primeiros três meses deste ano. O aumento em quase R\$ 23 bilhões do déficit primário do país resultou, de um lado, do aumento de 15,9% das despesas do Governo Central e, de outro, do aumento nominal de apenas 6,9% das receitas líquidas entre 2015 e 2016.

Com esse resultado, o déficit acumulado em 12 meses até março de 2016 passou para R\$ 137,5 bilhões. Em março de 2015, o déficit acumulado em 12 meses era de R\$ 25,8 bilhões. Essa tendência de crescimento justifica o recente pedido de ampliação da meta de déficit fiscal de 2016 para R\$ 170 bilhões, o qual já foi aprovado no Congresso Nacional. Isso deve elevar a relação entre o déficit primário e o PIB de 0,3% em 2014 para 2,9% em 2016.

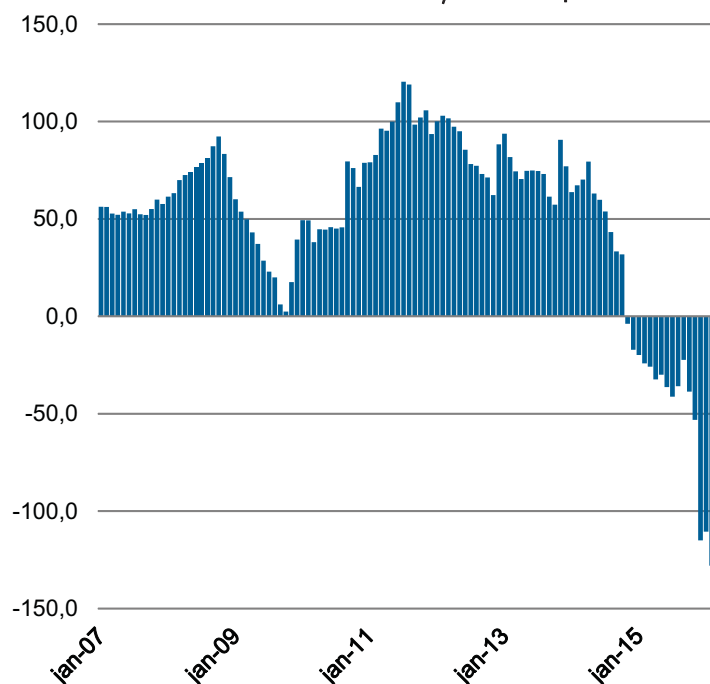
Com o aumento do déficit primário e as taxas de juros e a inflação em patamares ainda elevados, a preocupação maior recai sobre o crescimento do custo de financiamento da dívida pública. Nos últimos dois anos, a Dívida Pública Federal em poder do público passou de R\$ 2,053 trilhões em abril de 2014 para R\$ 2,800 trilhões em abril de 2016, indicando crescimento de 36,4%. O custo médio da Dívida Pública Federal, por sua vez, passou de 11,52% ao ano em abril de 2014 para 14,25% ao ano em abril de 2016. Isso reflete o aumento de 2,5 pontos percentuais da taxa de juros básica da economia, que passou de 10,9% ao ano em abril de 2014 para 13,4% ao ano em abril de 2016. A consequência desses dois movimentos foi o aumento do custo de financiamento da dívida de R\$ 236 bilhões por ano em abril de 2014 para quase R\$ 400 bilhões por ano em abril de 2016. Isso implicou um aumento de custo para o Tesouro Nacional de R\$ 163 bilhões por ano, ou seja, um

Arrecadação tributária federal em R\$ bilhões*, acumulada em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE. (*) a preços de 2016.

Resultado primário acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

aumento de custo de quase 70% com a rolagem da dívida pública federal.

Inflação elevada

Apesar da queda das atividades na economia brasileira, as taxas de inflação continuam elevadas. No primeiro bimestre de 2016, o IPCA já acumula variação de 10,5% em relação a igual período do ano anterior. Esse resultado ruim reflete os aumentos acumulados das tarifas de energia elétrica e da alimentação em casa, que foram de, respectivamente, 38,0% e 14,5% nessa comparação. Isso aponta para uma variação do IPCA ainda superior à meta, mesmo considerando que as tarifas de energia devem crescer menos, ou até cair, este ano.

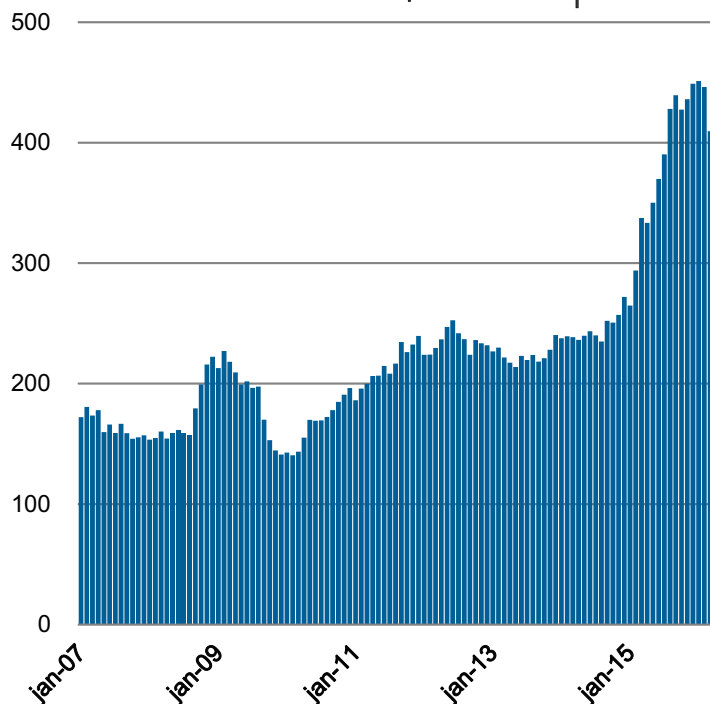
O IGP-DI registrou elevação de 11,8% entre o primeiro bimestre deste ano e igual período do ano anterior. Neste caso, além da elevação dos preços ao consumidor, pesou o aumento dos preços no atacado, principalmente de produtos agropecuários, cujos preços foram puxados pelo aumento das exportações.

Nos serviços privados não financeiros, o comportamento de preços é bastante distinto. Na média dos setores, houve aumento de preços de apenas 5,2% entre janeiro de 2016 e igual período do ano anterior. Aqui pesaram os aumentos pequenos dos serviços de informação (2,9%) e de serviços prestados às famílias (6,6%). Os serviços de transportes também tiveram crescimento relativamente pequeno de 2016 (6,3%) em razão da queda de 16,7% das tarifas aéreas.

Queda do emprego

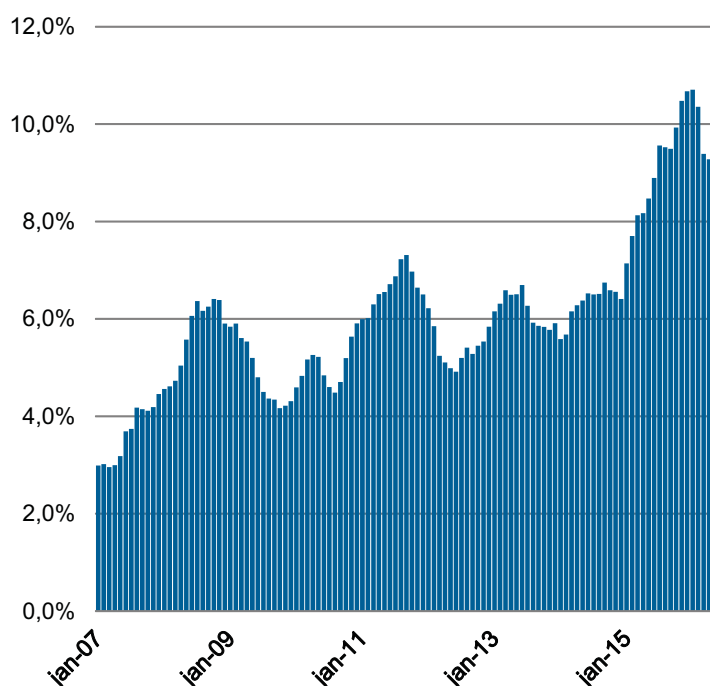
O nível de emprego no Brasil caiu acentuadamente ao longo de 2016 em razão da crise política e econômica. No acumulado do ano até abril, conforme indicam estimativas da

Custo da dívida pública federal em R\$ bilhões por ano



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Taxa de variação do IPCA em 12 meses, (%)



Fonte: IBGE.

Confederação Nacional dos Serviços feitas com base em dados do Ministério do Trabalho, foram fechados 1,741 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no país. Isso equivale a uma queda de 3,5% em relação ao primeiro quadrimestre de 2015.

Entre os setores de atividade econômica, a maior retração foi observada na construção civil, cujo emprego caiu 14,5%. Nos primeiros quatro meses deste ano em relação a igual período do ano passado, o setor fechou 467 mil vagas. A indústria de transformação, cujo estoque de trabalhadores reduziu-se em 8,4% no acumulado do ano, foi o setor com maior número de postos de trabalho encerrados nesse período: 651 mil.

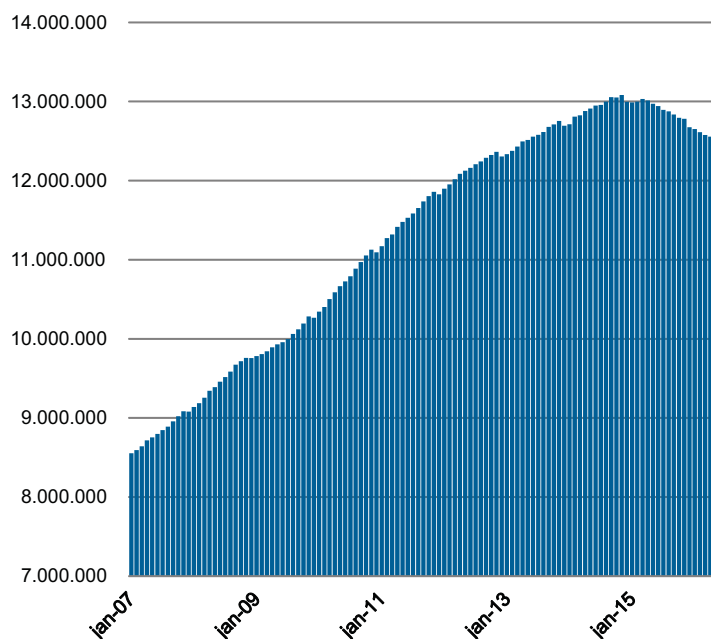
O emprego no comércio e nos serviços também observaram quedas de, respectivamente, 2,6% e 1,5%.

Faturamento e emprego dos serviços

Os serviços privados não financeiros – que excluem a administração pública e o setor financeiro – registraram queda acentuada de emprego ao longo de 2016. A queda acumulada no ano foi de 3,1%. O emprego, que vinha crescendo de forma consistente até o final de 2014, estagnou no início de 2015 e, a partir de abril daquele ano, começou a cair. Entre abril de 2015 e abril de 2016, os serviços privados não financeiros já fecharam 458 mil vagas em todo país.

Como observado na seção que apresentou os resultados do PIB, as maiores perdas vieram nos segmentos de serviços prestados às empresas e serviços de transportes, dois segmentos cujas operações estão diretamente ligadas às atividades da indústria de transformação, da construção civil e do comércio. No segmento de serviços prestados às empresas foram encerradas 234 mil vagas entre abril de 2015 e abril de 2016 (51% do total das vagas encerradas) e, no segmento serviços de transportes, 113 mil postos de traba-

Emprego com carteira assinada nos serviços privados não financeiros



Fonte: CNS

lho (ou 25% do total das vagas encerradas nos últimos 12 meses).

Outro dado que corrobora a retração das atividades dos serviços privados não financeiros é a evolução do faturamento. Em termos reais, as receitas do setor caíram 5,0% entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016 segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Entre os segmentos analisados, vale destacar as quedas observadas no faturamento dos serviços prestados às empresas, de 6,7% em termos reais, e nos transportes, de 5,2%.

Cenário para 2016

Como foi apontado na edição de março de 2016 do Boletim de Conjuntura da CNS, o contexto econômico de 2016 está bastante complexo. O desemprego continuou em elevação e a inflação

permaneceu elevada. O custo da dívida pública federal, que cresceu de forma desastrosa ao longo de 2015, tem restringido o investimento público. Apesar da aprovação de uma meta fiscal com um déficit primário maior, de R\$ 170 bilhões em 2016, ainda há pressões para aumentar a carga tributária, o que de imediato teria um efeito negativo sobre as atividades econômicas.

A desvalorização cambial, ocorrida em 2015 e início de 2016, ainda traz efeitos sobre a elevação de preços e o aumento expressivo das exportações pressiona os preços internos das *commodities* agropecuárias. É, portanto, impossível um resgate de curto prazo do crescimento econômico com redução da inflação. Ao contrário, sinaliza-se para 2016 uma recessão que

pode ser superior a 4,0% e uma inflação entre 8,0% e 9,0% ao ano.

Nesse contexto, medidas de estímulo às atividades de serviços, as quais são intensivas de mão de obra, podem contribuir para o aumento rápido do emprego e para a recuperação econômica, que tem sido a principal causa de corrosão das receitas públicas. O estímulo ao investimento no setor de turismo doméstico, por exemplo, se somaria à desvalorização cambial para aumentar a competitividade brasileira, algo que ainda não foi perfeitamente equacionado. De outro lado, desestímulos aos serviços advindos de eventuais aumentos da carga tributária sobre as micro e pequenas empresas, algo que se cogita como alternativa de política fiscal, poderiam acirrar a crise econômica.